



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Texto prevê multa por interferência no trânsito

Após três anos de tramitação interna, está na pauta de hoje da Câmara de Santos, em discussão preliminar, um projeto de lei da vereadora Telma de Souza (PT) para que a Prefeitura cobre pelo "uso contínuo e/ou intensivo do sistema viário urbano" por quem explora atividade econômica ou comercial nas proximidades. Aquelas que gerassem efeitos ao trânsito em um raio de até um quilômetro receberiam uma cobrança cuja receita seria aplicada no transporte público. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) fiscalizaria os efeitos à circulação. Não só estacionamentos privados e shoppings, por exemplo, estariam sujeitos à medida: serviços públicos, como a travessia de balsas, também. Telma alega que o Departamento Hidroviário "transforma o leito carroçável da Avenida Saldanha da Gama, na Ponta da Praia, em uma extensão dos seus domínios". A Comissão de Justiça, Redação e Legislação Participativa emitiu parecer contrário, pois a medida caberia ao Poder Executivo.

Em viagem

Representantes da Agência Metropolitana (Agem) apresentarão em Vitória (ES), hoje e amanhã, o Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada. A reunião é organizada pelo Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas e debaterá a operação do sistema de transporte da Grande Vitória.

No exterior

O diretor-executivo da Agem, Milton Gonçalves, disse que o plano da Baixada também será exposto no Uruguai, no fim de setembro.

Iniciativa

A promoção desse encontro caberá à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que financia ações para reduzir e adaptar regiões a mudanças climáticas em conjunto com o programa Euroclima+.

Só tucanos

Com seis membros, é exclusivamente tucana a Mesa Diretora da Câmara de Praia Grande eleita para os próximos dois anos. Como se previa, Marco Antônio de Sousa, o Marquinho, continuará até o final de 2024 na Presidência da Casa.

Mais cinco

Os outros vereadores do PSDB na Mesa são Vera Benício (vice-presidente), Rodrigo Penasso (2º-vice), Marcelino dos Santos Gomes (1º-secretário), Natanael Vieira (2º-secretário) e Marcio Glauber de Oliveira, o Marcio Alemão (3º-secretário).

É outro Juca

Varella, não: é Aguirre o sobrenome do sócio do jornalista Raul Christiano que esteve em Santos nesta segunda-feira — Juca Aguirre, assessor da Secretaria de Estado de Logística e Transportes, que vinha sendo cumprimentado por pessoas que o confundiam com Christiano.



ALEXANDRE FERREZ - 26/1/21

Agora, não

Que a Rua Bassim Nagib Trabelsi, corredor comercial da Ponta da Praia, ganhe calçadas mais largas e novo calçamento, é bom. Mas pode esperar. Assim se depreende de requerimento apresentado à Prefeitura pelo vereador Paulo Miyasiro (Republicanos, foto).

Dar fôlego

Miyasiro se refere à previsão de início das obras, em novembro próximo. Para ele, deveriam ficar para depois da temporada de verão. O vereador pensa que, após dois anos de prejuízos ao comércio decorrentes da pandemia, é preciso um "respiro" ao comércio.

Aproveitando...

E o vereador Carlos Teixeira Filho, o Cacá Teixeira (PSDB), pretende aproveitar a mudança de nomenclatura que levou à criação da Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos para pedir mais poder a um de seus órgãos.

Para decidir

Trata-se do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Teixeira pretende que essa instituição, subordinada à secretaria, tenha caráter deliberativo. Em suma, poder de decidir sobre medidas relativas a sua área de atuação. Hoje, o papel do conselho é só consultivo.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratto e colaboradores



IVAR BLENZIGARRO DO LITORAL

Obras em Cubatão. A Comissão Especial de Inquérito (CEI) que trata do auditamento das obras públicas em andamento, paralisadas e oriundas de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) já ouviu representantes das secretarias municipais da manutenção urbana e serviços públicos (SEMUSP) e do Planejamento (SEPLAN).

Fragilidade. Eduardo Teotônio Alves, diretor na SEMUSP, destacou fragilidades técnicas na forma de pactuação dos serviços e promoveu adequação para promoção das novas contratações por meio de atas de registro de preços (ARP). O gestor explicou que foram promovidos dois novos processos para manutenção de vias e manutenção de próprios municipais, vencidas pelas empresas TMK e IDEAL SERVICE, respectivamente.

Equipe. Questionado sobre interferências políticas para contratação de funcionários por parte das terceirizadas, o diretor garantiu que desconhece o fato e informou que até o momento cerca de 35 profissionais foram contratados para atuação nos serviços especializados a serem desenvolvidos pela Ideal Service.

Deliberação. A CEI deliberou por solicitar uma série de informações e documentos relativos às intervenções realizadas nos muros de proteção contra invasão da linha férrea, ao longo da Avenida 09 de Abril.

Farol Verde. Durante a live de pré-lançamento da iniciativa Farol Verde, ambientalistas manifestaram preocupação com o que o Congresso Nacional possa aprovar nas últimas semanas da atual legislatura, que termina formalmente em janeiro, pouco depois das eleições. As maiores preocupações são com os projetos de mudança no licenciamento ambiental, de regularização fundiária em terras ocupadas da União e a flexibilização do mercado de agrotóxicos, projetos já aprovados pela Câmara e em trâmite no Senado. As informações são do site Congresso em Foco.

Combo da destruição. Os três projetos, junto à legalização da mineração em terras indígenas que ainda se encontra na Câmara, são conhecidos entre lideranças ambientalistas como "combo da destruição". "Não podemos ter leis que vão na contramão do que o Brasil assinou no Acordo de Paris. Vamos ter que nos dividir em uma força-tarefa para ficarmos atentos com o risco de aprovação desse combo de destruição", disse Marina Marçal, coordenadora de políticas climáticas do Instituto Clima e Sociedade (ICS).



TÚNEL DO VLT. Prefeitura publicou nesta terça-feira (16) o edital para a realização das obras no local

Santos abre licitação para instalação de barreiras

» O túnel do VLT, no José Menino, em Santos, terá barreiras pré-moldadas de concreto, ao longo de sua área interna, dificultando o acesso e a permanência de pessoas e garantindo mais segurança no local.

A Prefeitura de Santos publicou nesta terça-feira (16) o edital para a realização das obras no local.

Além disso, serão instalados obstáculos no espaço existente entre os trilhos e nas laterais, nos dois sentidos de direção dos trens, impedindo a circulação de ciclistas no interior do túnel, por questões de segurança.

Os envelopes das empresas interessadas devem ser entregues até o dia 2 de novembro, quando serão abertas as propostas.

As especificações do edital atendem ao projeto básico da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos), empresa do Governo do Estado que financia a

obra de implantação do VLT.

Os serviços estão orçados em R\$ 937.138,37 e a empresa vencedora terá prazo contratual de oito meses para a conclusão dos serviços.

OBRA.

Com 110 metros de extensão, o túnel do VLT receberá cinco conjuntos de peças que funcionarão como barreira: dois conjuntos nas laterais, junto às paredes do túnel; dois nos vãos de cada par de trilhos, e o último, denominado de barreira de segurança New Jersey, a ser instalado entre as duas mãos de direção dos trens.

De acordo com o secretário de Serviços Públicos, Wagner Ramos, as peças serão pré-moldadas durante o dia, passarão pelo período de cura do material e serão estocadas, já que serão assentadas apenas entre 0h30 e 4h30, período em que o VLT não funciona.

De acordo com a Seserp,



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Os envelopes das empresas interessadas devem ser entregues até o dia 2 de novembro, quando serão abertas as propostas

Serão instalados obstáculos no espaço existente entre os trilhos e nas laterais, nos dois sentidos de direção dos trens, impedindo a circulação de ciclistas no interior do túnel, por questões de segurança

caberá a EMTU solicitar o apoio da Concessionária BR Mobilidade, responsável pela operação dos trens, para garantir apoio à instalação das barreiras.

A empresa também será responsável por solicitar o desligamento e aterramento da rede aérea na região durante as atividades de assentamento das peças. (DL)